



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

Aos 24 dias do mês de junho de 2014, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Assuntos Europeus, na sala 1 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

PARTE I

Audição do Embaixador da União Europeia em Washington, João Vale de Almeida (conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas)

PARTE II

1. Informações e outros assuntos

2. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o funcionamento do sistema «porto seguro» na perspetiva dos cidadãos da UE e das empresas estabelecidas na UE [COM(2013)847] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputada Autora do Parecer: Catarina Martins (BE)

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a eleições mais democráticas para o Parlamento Europeu - Relatório relativo à execução das recomendações da Comissão de 12 de março de 2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu [COM(2014)196] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estado atual da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2014)130] objeto de Relatórios das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública, de Economia e Obras Públicas e Educação, Ciência e Cultura

Deputado Autor do Parecer: Carlos Zorrinho (PS)

d) LIVRO VERDE - sobre a saúde móvel [COM(2014)219], objeto de Relatório da Comissão de Saúde

Deputado Autor do Parecer: Catarina Martins (BE)

3. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Decisão n.º 1608/2003/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às estatísticas em matéria de ciência e de tecnologia [COM(2014)211], objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

4. Apreciação e votação da Ata n.º 167/XII relativa à reunião de 11 de junho de 2014.

PARTE I

Audição do Embaixador da União Europeia em Washington, João Vale de Almeida (conjunta com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas)

O Senhor Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, deu as boas vindas ao Senhor Embaixador da União Europeia em Washington, João Vale de Almeida, e



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

cumprimentou os membros das duas Comissões presentes. Informou que o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Paulo Mota Pinto, não poderia estar presente por se encontrar na Cerimónia de Boas-Vindas ao Presidente da República Federal da Alemanha. De seguida, informou como decorreria a audição e deu a palavra ao Senhor Embaixador.

O Senhor Embaixador João Vale de Almeida começou por louvar a Assembleia da República, e em particular as Comissões parlamentares envolvidas na organização desta audição, pelo interesse manifestado na questão da Parceria Transatlântica que está em negociação desde há um ano. É a mais importante relação bilateral da UE e destacou o facto de se tratar dos dois maiores blocos económicos do mundo, com uma pequena vantagem para a UE. Começou por referir que o balanço pessoal que faz, após quatro anos em Washington, é positivo. Quando chegou a Washington, o Presidente Obama disse que não ia à Cimeira a Roma porque não via razão para reunir com dirigentes da UE. Nessa altura, a sua focalização total era sobre a Ásia. O discurso político era orientado para parceiros não europeus e não tradicionais dos EUA. Nestes últimos quatro anos houve uma evolução significativa relativamente à Europa; o Presidente Obama deslocou-se a Bruxelas duas vezes em três meses, é um defensor do G8 e vemos a administração americana verdadeiramente empenhada no aprofundamento da relação transatlântica. Esta alteração decorreu do facto dos EUA terem perdido a ilusão com outros parceiros e conhecerem melhor a UE, agora. A crise da zona euro permitiu que o Presidente Obama conhecesse as fraquezas europeias mas também o potencial da relação transatlântica, quer do ponto de vista económico, quer do ponto de vista geoestratégico. A relação transatlântica é fundamental para a afirmação da Europa e dos EUA na cena mundial e se a relação for forte estaremos em melhores condições para enfrentar uma série de desafios. Identificou quatro áreas em que a relação entre os EUA e a UE é fundamental e em que se registou uma evolução positiva nos dois lados:

- Parceria transatlântica,
- Negociação com o Irão (questão nuclear iraniana),
- Questão ucraniana e
- Energia.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

Concluiu, mencionando a qualidade da relação transatlântica, no respeito das diferenças, mas conscientes do interesse recíproco num trabalho comum.

O Senhor Presidente agradeceu a exposição inicial e sugeriu que o Senhor Embaixador abordasse de forma mais detalhada as quatro áreas que tinha identificado.

O Senhor Embaixador João Vale de Almeida disse que o TTIP é um projeto de reaproximação entre os EUA e a UE no plano económico bilateral, que visa reduzir ou eliminar os obstáculos tarifários às trocas e ao investimento, visa criar emprego e crescimento económico e a afirmação das partes a nível mundial. Os dois parceiros são responsáveis por 40% das trocas de serviços no mundo e 1/3 de trocas de mercadorias, sendo os números de investimento enormes, pelo que se apresentam em conjunto, com muito maior peso junto dos países emergentes e no apoio aos países em desenvolvimento e têm maiores capacidades no domínio da inovação e da regulação dos novos produtos. Tem uma dimensão bilateral forte mas também estratégica. A negociação é feita com base no mandato conferido pelos Estados-Membros e o Parlamento Europeu terá o voto final relativamente ao Acordo. O que se negocia é sobretudo a redução das tarifas que, embora sejam relativamente baixas, cerca de 4%, têm picos totalmente inexplicáveis dos dois lados e que, nalguns casos não fazem sentido. Um dos principais obstáculos tem que ver com diferenças regulatórias dos dois lados, mas afirmou que não se deseja diminuir o nível de proteção dos trabalhadores, ou dos consumidores ou do ambiente. A UE não modificará a legislação fundamental por causa deste acordo. Referiu disposições no acordo que têm incidência não apenas bilateral, como a proteção da propriedade intelectual, em que considera que para ambos é possível impor regras mais claras. Relativamente ao Irão, referiu que Catherine Ashton que tem estado reunida com os iranianos e os negociadores têm o *deadline* até 20 de julho para concluir, estando a redigir o acordo final, embora haja, ainda algumas zonas de diferença. O Irão tem uma posição central naquela região do mundo, portanto qualquer acordo com o Irão tem um impacto sistémico naquela região. Relativamente à Ucrânia, disse que a UE foi confrontada pelo Presidente Putin com uma situação intolerável de violação das regras internacionais, havendo duas linhas de ação concretas e conjuntas: por um lado,



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

ajudar os ucranianos no combate à corrupção, a construir um Estado do direito e uma democracia sólida; por outro lado, importa manifestar de forma veemente o repúdio ao Presidente Putin. Tem existido uma convergência entre os EUA e a UE quanto às sanções e quanto à posição de não aceitação de mais nenhuma violação do que são as regras de convivência comum. Quanto à energia, a Europa é altamente dependente do exterior e não tem um mercado interno da energia, pelo que está a perder competitividade, autonomia e independência no domínio energético. Se houve alguma vantagem na atitude do Presidente Putin foi a de tornar a Europa consciente da necessidade de criar medidas que visem diminuir a dependência neste domínio. Não se pode falar nesta questão sem falar nas alterações climáticas, no ambiente em geral e na competitividade. Nos EUA houve, nos últimos anos, uma verdadeira revolução energética. Os americanos têm uma energia 30% mais barata do que os europeus e estão próximos de se tornarem autónomos e esta situação decorreu da utilização do gás de xisto, o que tem consequências económicas também para a Europa. Concluiu referindo que a energia é política externa também.

O Senhor Deputado António Rodrigues (PSD) agradeceu a presença do Senhor Embaixador e disse que não estranhou a intervenção inicial sobre a forma como os EUA olhavam para a Europa. O Acordo tem duas dimensões: tem que ver com o equilíbrio, entre os EUA e a Europa, mas também com o equilíbrio ou desequilíbrio que pode causar no mundo, a criação deste bloco económico. Perguntou que tipo de impacto pode ter o TTIP para o resto do mundo, do ponto de vista geoestratégico. No domínio da energia, que tipo de proteção de direitos se encontra consagrado e, a concluir, perguntou se o acordo vai ou não facilitar a circulação de pessoas entre os EUA e a UE.

O Senhor Embaixador João Vale de Almeida disse que este não é um acordo contra o resto do mundo e exemplificou com os acordos de Doha, que se encontram ainda num impasse, ao contrário do acordo concluído em Bali, no ano transato, porque há uma convicção segura dos EUA e da UE sobre o que querem fazer. No entanto, concordou que o Tratado ao reforçar a posição das partes contratantes vai ter impacto junto dos restantes parceiros. Em vez de ser um elemento negativo, o acordo pode até estimular



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

o multilateralismo. Quanto à circulação das pessoas, referiu que existem ainda alguns Estados-Membros que não têm visto para entrar nos EUA.

A Senhora Deputada Gabriela Canavilhas (PS) disse que gostaria de ouvir o Senhor Embaixador sobre os pontos frágeis do Tratado que ficam expostos e mencionou a exceção cultural que a Europa conseguiu inscrever no Tratado e que lhe garante a salvaguarda das suas especificidades. Mencionou, ainda, o facto de ser o Deputado ao Parlamento Europeu, Vital Moreira, que tem acompanhado esta negociação. Relativamente ao grande dano que a Europa sofreu com a desregulação do sistema financeiro a nível mundial, perguntou qual é a garantia que uma crise desta natureza não voltará a acontecer.

O Senhor Embaixador João Vale de Almeida começou por prestar homenagem ao Deputado ao Parlamento Europeu, Vital Moreira, pelo conhecimento e entusiasmo com que tem acompanhado este *dossier*. Quanto aos pontos frágeis do Acordo, referiu que ainda não existem, mas pode identificar quais os pontos mais difíceis: em primeiro lugar, os concursos públicos e referiu o facto de os americanos terem muitas disposições que protegem os produtores nacionais; em segundo, a questão das denominações de origem protegida que é muito sensível para Portugal e, de forma geral, para a Europa mas que tem encontrado resistência do lado americano; em último lugar, sobre os serviços financeiros referiu que considera que o Tratado deve ter um capítulo financeiro, com níveis de exigência e garantia em termos de regulamentação financeira. A fragilidade maior do acordo é poder ficar refém de interesses muito específicos e que pode levar a que se perca a visão de conjunto. Quanto à exceção cultural, disse que a reação americana foi negativa e que foi uma concessão feita à Europa, mas que era importante juntar a esta questão as novas tecnologias que abrem novas oportunidades também para a Europa.

O Senhor Deputado Rui Barreto (CDS-PP) disse que já muito tinha sido dito sobre as vantagens deste acordo, mas era importante perceber algumas questões, designadamente quanto à redução das barreiras alfandegárias e à normalização, dado que os *standards* europeus são muito mais exigentes do que os americanos. Importa também perceber, para além dos pontos frágeis, quais as ameaças que podem



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

resultar para a Europa e, especificamente no caso português, que setores podem ser mais ameaçados. Quanto à questão energética, concorda com o que foi dito pelo Deputado ao Parlamento Europeu, Vital Moreira, que disse que só por causa desta questão, já valia a pena assinar este acordo. Portugal pode beneficiar neste domínio, perguntou a concluir.

O Senhor Deputado Ribeiro e Castro (CDS-PP), que se encontrava, no momento, a presidir à reunião, começou por referir que Portugal teoricamente é um dos países que mais beneficia com a celebração deste acordo, embora se assista recentemente à manifestação de receios por parte de diversos setores. O Senhor Secretário de Estado, Bruno Mações, disse que o Governo pediu um estudo sobre o impacto e perguntou se havia noção dos setores que poderiam ser prejudicados. De seguida, pronunciou-se sobre a questão da Crimeia e considerou que era importante, independentemente do que foi acordado entre a Ucrânia e a Rússia, que se voltasse à situação anterior.

O Senhor Embaixador João Vale de Almeida disse que iam iniciar a 6ª ronda, em julho, em Bruxelas. Quanto à questão regulamentar, relativamente a matérias em que pudesse haver reconhecimento mútuo, exemplificou com a questão dos automóveis produzidos nos dois lados do Atlântico, para referir que, embora fossem diferentes, por razões meramente administrativas, os níveis de segurança eram idênticos. Terá de haver um reconhecimento mútuo como aconteceu ao nível da UE. Nada disto será feito em detrimento dos níveis atuais de proteção do ambiente, dos consumidores ou dos trabalhadores. Quanto à energia, referiu a abertura do Canal do Panamá que pode ter incidência em Portugal, relativamente a Sines. Portugal tem um enorme potencial e apelou a que haja um debate e que este tema seja desde já colocado na agenda.

A Senhorª Deputada Paula Baptista (PCP) o que serão os benefícios para Portugal resultantes deste acordo, considerando que as multinacionais que aqui estão instaladas produzem para exportação mas com pouca sensibilidade para as políticas sociais e económicas nacionais. Do ponto de vista estratégico, este acordo terá um impacto diferenciado nos vários Estados-membros e não vê com o mesmo otimismo o impacto no nosso país. Somos um país periférico, envelhecido, com um interior



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

desertificado e carente de políticas sociais. Neste acordo, os cidadãos serão vistos sempre como consumidores. A concluir falou na questão da proteção de dados e na indefinição que existe e das consequências, por exemplo, na mobilidade dos cidadãos.

O Senhor Embaixador João Vale de Almeida disse, em relação às empresas multinacionais, que, após a celebração do acordo, as empresas não precisarão de fazer ajustamentos, que grandes empresas conseguem fazer, mas não as PME's. A UE não está disposta a sacrificar a proteção ambiental, laboral, em termos de saúde para a celebração deste acordo. Portugal não é periférico na relação transatlântica, estando justamente no meio. Em relação à proteção de dados, conhece de perto este problema, até porque de acordo com o *Der Spiegel* o seu telefone foi objeto de escuta. Estamos a negociar esta matéria, fora do Acordo, com vista a salvaguardar os interesses europeus. Quanto à Crimeia, em resposta ao Senhor Deputado Ribeiro e Castro (CDS-PP), disse que a UE considerava inaceitável a situação e que recentemente tinha sido decidido não aceitar produtos da Crimeia que não tivessem certificado ucraniano.

O Senhor Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, disse que se tinha concluído a primeira ronda e, dado que havia Deputados inscritos para a segunda ronda, considerou que não haveria condições para, finda a audição, prosseguir com os restantes pontos previstos na agenda da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, o que foi consensualmente aceite.

O Senhor Deputado Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD) perguntou, quanto à resolução de conflitos, dado que está a ser negociado um mecanismo alternativo de resolução de conflitos, que tem levantado problemas dos dois lados do Atlântico, se poderia prestar informação atualizada.

O Senhor Deputado Carlos Páscoa Gonçalves (PSD) disse que está preocupado com os países do sul da Europa, com programas de ajustamento, que tiveram que fazer fortes ajustes em matéria tributária, pelo que questionou como ficariam estes países em termos de competitividade.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

O Senhor Embaixador João Vale de Almeida começou por referir que este mecanismo de resolução alternativa de litígios está atualmente em debate público, mas não é novo, pois já existe em acordos de investimento bilaterais. Quanto às consequências para os países do sul da Europa, e mais especificamente para Portugal, disse que há dados suficientes de que deve preparar-se para as oportunidades de abertura do mercado americano. Portugal pode sair vencedor mas tem que haver um trabalho de base e manifestou regozijo pelo debate em curso porque é condição para abertura às oportunidades. A concluir, disse que Portugal não pode ficar indiferente à qualidade do reforço do relacionamento bilateral.

O Senhor Presidente, Deputado Sérgio Sousa Pinto, agradeceu ao Senhor Embaixador a valiosa contribuição que deu para o debate em curso.

PARTE II

Esta parte da reunião foi integralmente transferida para a reunião do dia 1 de julho de 2014.

1. Informações e outros assuntos

2. Apreciação e votação dos Pareceres elaborados no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o funcionamento do sistema «porto seguro» na perspetiva dos cidadãos da UE e das empresas estabelecidas na UE [COM(2013)847] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputada Autora do Parecer: Catarina Martins (BE)

b) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

COMITÉ DAS REGIÕES - Rumo a eleições mais democráticas para o Parlamento Europeu - Relatório relativo à execução das recomendações da Comissão de 12 de março de 2013 sobre o reforço da realização democrática e eficaz das eleições para o Parlamento Europeu [COM(2014)196] objeto de Relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias

Deputado Autor do Parecer: Gabriel Côrte-Real Goucha (PSD)

c) COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Estado atual da Estratégia Europa 2020 para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo [COM(2014)130] objeto de Relatórios das Comissões de Orçamento, Finanças e Administração Pública, de Economia e Obras Públicas e Educação, Ciência e Cultura

Deputado Autor do Parecer: Carlos Zorrinho (PS)

d) LIVRO VERDE - sobre a saúde móvel [COM(2014)219], objeto de Relatório da Comissão de Saúde

Deputado Autor do Parecer: Catarina Martins (BE)

3. Nomeação de Deputado Autor de Parecer, no âmbito do escrutínio de iniciativas europeias:

a) RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Decisão n.º 1608/2003/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa às estatísticas em matéria de ciência e de tecnologia [COM(2014)211], objeto de Relatório da Comissão de Educação, Ciência e Cultura

4. Apreciação e votação da Ata n.º 167/XII relativa à reunião de 11 de junho de 2014.



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

A reunião foi encerrada às 17:10 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 04 julho 2014.

O PRESIDENTE

(Paulo Mota Pinto)



COMISSÃO DE ASSUNTOS EUROPEUS

ATA NÚMERO 169/XII/ 3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Costa
António Cardoso
António Rodrigues
Duarte Marques
Gabriel Côrte-Real Goucha
Jacinto Serrão
João Lobo
José Ribeiro e Castro
Nuno Filipe Matias
Paula Baptista
Paula Gonçalves
Rui Barreto
Fernando Serrasqueiro
Nuno Encarnação

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Carlos São Martinho
Carlos Zorrinho
Catarina Martins
Paulo Mota Pinto
Pedro Silva Pereira
Sérgio Azevedo

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Carlos Costa Neves
Vitalino Canas